



1

MULHERES ESCRAVIZADAS E LIBERTAS NA COLÔMBIA SÉCULO XIX. ANÁLISE DE CASO

¹LIDA ELENA TASCÓN BEJARANO

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar o caso de María Isabel Chávez, mulher liberta na Província de Popayán (Colômbia) durante a primeira metade do século XIX. Tentaremos analisar a história desta mulher e a de sua mãe escravizada desde uma perspectiva que considere a centralidade do gênero e da raça num contexto de interações com os poderes senhoriais, com as comunidades escravizadas e com os sectores livres. Seu caso nos permitirá uma aproximação com alguns aspectos da sociedade escravista de Popayán como é a presença de mulheres livres e escravizadas em diferentes atividades trabalhistas, a dupla exploração das mulheres escravizadas como produtoras e reprodutoras, a maternidade escrava, a família e o casal entre a população escravizada e livre e as tensões raciais que daí se derivou.

Em Colômbia, o tema da escravatura em geral e das famílias escravas são recentes quando comparados com o debate historiográfico no Brasil. O tema do *negro* na Colômbia configura-se como um problema histórico a partir da história econômica, história social e política, que narra a transição da ordem colonial à nova ordem republicana, como parte da nova historiografia que se gera no país nas últimas décadas, especificamente desde os anos 70. Antes deste momento, o tema do *negro* não foi considerado relevante no meio acadêmico, devido principalmente à subestimação da importância da escravidão no passado nacional e o menosprezo pelos escravizados e seus descendentes. Também havia a suposição que, quantitativamente, este grupo entre a população colombiana era escasso, suscitando a crença de que não existia um “problema negro” comparável com a problemática estudada da “questão indígena”.(ALMARIO, 2004:30-126)

¹ Doutoranda de História Social da USP. Bolsista FAPESP.



2

Outro aspecto importante para essa *invisibilização*² do tema do *negro* foi o discurso sobre a mestiçagem na interpretação histórica e social na Colômbia, diferentemente do que tem ocorrido nos Estados Unidos, no Caribe e no Brasil, onde não pode se negar o legado social e cultural das antigas áreas escravistas e a importância das populações negras descendentes. Isso explica porque nestas últimas regiões os primeiros estudos sobre a escravatura e a cultura negra tenha se realizado desde o início do século XX, enquanto que na Colômbia estes estudos se iniciaram na segunda metade do dito século, sendo ainda que na antropologia se verifica somente duas décadas depois.

No caso da família escrava na Colômbia, alguns pesquisadores afirmam que tem prevalecido a ideia de que a população negra ainda não atingia o status de família no período colonial, por sua condição de escravos, pelo qual eram instáveis e sem organização definida. Foi só a partir da abolição da escravatura que teriam formado famílias e parentescos (ROMERO, 2000). Os trabalhos da antropóloga Virginia Gutiérrez de Pineda nos anos 70 sobre a família e a mulher em Colômbia têm constituído um esforço pioneiro (FRIEDEMANN, 1974:35). Para o caso da família negra, Gutiérrez expressa que as condições do trabalho escravo na mineração, na agricultura e no trabalho doméstico, não permitiram ao negro escravo reconstruir no ambiente latinoamericano as formas de sua cultura nativa. Portanto, sua vida sexual e familiar foi produto da estrutura da sociedade colonial.

Outro trabalho pioneiro sobre a população negra é o de outra antropóloga, Nina S. de Friedemann, que faz a proposta contrária ao de Virginia Gutiérrez de Pineda. Friedemann afirma que ainda que os escravos negros chegassem carentes de seus trajes, armas e ferramentas, de seus instrumentos musicais e de bens materiais, trouxeram com eles imagens de seus deuses e lembranças de seus avôs, canções e poesias e quiçá memórias de linhagens ou de suas famílias

² O termo “invisibilização” do negro nas ciências sociais foi popularizado no meio acadêmico pela antropóloga Nina S. de Friedemann. FRIEDEMANN, Nina. “Estudios de negros en la antropología colombiana: presencia e invisibilidad”. In: FRIEDEMANN Nina S. y AROCHA Jaime (eds.). *Un siglo de investigación social: antropología en Colombia*, Bogotá, Etno, 1984.



3

estendidas. A esta bagagem cultural, transformada criativamente ao longo de séculos, ela denominou-lhe de *impressões de africanía*. Um exemplo das *impressões de africanía* é seu estudo sobre os mineiros de Guelmambí (Departamento de Nariño, Colômbia). A autora propõe que a organização familiar destes mineiros tinham suas origens não só nas primeiras gerações de mineiros, que em condição de escravos foram introduzidos ali, senão que ademais tinham fortes nexos com características de estrutura familiar africana.

Neste sentido também está o trabalho do historiador Mario Diego Romero (1995), quem afirma que diante da condição de escravos e de uma estrutura escravista, que tentava negar toda a possibilidade de reconhecimento de parentes e de posse dos territórios, o autor propõe que na Costa Pacífica o povoamento estava definido pela formação de famílias desde o mesmo momento de vinculação de escravos às atividades mineiras; os escravos fizeram parentes para além da simples reprodução biológica do grupo, sendo mais importantes os reconhecimentos sociais dos integrantes de um grupo de trabalho como integrantes de uma comunidade (ROMERO, 1995).

Agora bem, o tema das mulheres escravizadas nas Américas começou como parte dos estudos sobre escravatura em geral e família escrava em particular, para depois converter num campo de investigação em si mesmo. Na Colômbia este tema começou a ser tratado nas últimas décadas, no entanto, é um tema que requer maior investigação.

Segundo Juana Camacho, sobre a mulher negra existe três áreas temáticas e metodológicas nos estudos históricos e antropológicos. A primeira linha, estuda aspectos socioeconômicos sobre sua participação na produção e reprodução, as diferentes atividades que desempenhou, os controles e abusos que experimentaram, as relações amorosas e sexuais com seus amos e as práticas de aborto e infanticídio. A segunda linha analisa sobre o papel como recriadora da cultura no mundo mágico, religioso e lúdico, e sua participação na bruxaria e medicina tradicional. A terceira linha relaciona-se com o papel da mulher dentro da família negra, a organização social e seu papel como articuladora do parentesco e da reprodução social (CAMACHO, 2004:169).



Romero, por exemplo, menciona que a presença de poucas mulheres escravizadas nas minas afetou de diversas maneiras as possibilidades de constituição das famílias e foram a referência central para a formação dos laços de parentesco (ROMERO,1995). Com o aumento da exploração de minas e fazendas no século XVIII, as mulheres escravizadas laboraram ombro a ombro nas *cuadrillas mineiras*³ e nas fazendas. Também estiveram vinculadas ao comércio de rua, trabalho doméstico, religiosidade e medicina popular. Estas duas últimas atividades fizeram que os setores da elite as identificassem como perigosas e foram julgadas pela Inquisição. Outras foram obrigadas a trabalhar na prostituição, em negócios ilícitos e em contrabando para que seus amos tivessem uma fonte de rendimento (FRIEDEMANN, 1995). Por outro lado, são vários os estudos que demonstram o predomínio de famílias matrifocais entre a população escrava em algumas regiões de Colômbia. Por exemplo, no século XVIII em Santafé de Bogotá as mães cabeça de família eram o 93% das unidades familiares; em Pamplona o 56%; em San Gil o 82,8%; em Socorro o 70% e em Girón o 67% (DIAZ, 1996; ZULUAGA, 1995; SALAZAR 2016; PITA, 2012).

Robinson ao referir à predominância das mães solteiras em Pamplona e San Gil, diz que as mães escravizadas tinham um papel de união nas famílias: *“eram a chave para a subsistência de pequenos ramos até que eram aptos para trabalhar ou ser vendidos; eram quem estavam mais para perto de a prole para dar afeto e carinho e manter vigente os vínculos de parentesco”* (SALAZAR,2017). María Teresa Pérez encontrou que nos casos judiciais as mulheres escravas geralmente apareciam vinculadas a comportamentos ilícitos, roubos, agressões, violência e escândalo sexuais. Na primeira metade do século XIX com Lei do Ventre Livre, as vendas de escravas baixaram consideravelmente porque um de seus principais valores residia em sua fertilidade (PÉREZ,2001).

³ A *cuadrilla de escravos* era uma forma de organização social de trabalho nas minas e fazendas.



Tendo em vista estas principais investigações e discussões teóricas, tentaremos neste trabalho entender através do caso da liberta María Isabel Chávez e sua mãe escravizada, Valeria Chávez, algumas características da família escrava e liberta e as estratégias para garantir a liberdade ou proteção dos membros da família. Também queremos compreender a experiência de elas como mulheres no contexto de escravidão. Na Província de Popayán, escravos e libertas trabalhavam em várias atividades agrícolas, domésticas e comerciais, e também desempenharam um papel na vida emocional / íntima e sexual / reprodutiva. Seus corpos representavam espaços de apropriação sexual, amamentação e reprodução de filhos como força de trabalho.

O caso de María Isabel Chávez (filha)

O processo judicial para o reconhecimento da liberdade de María Isabel Chávez está composto por 130 fólios e em nenhuma parte aparece sua voz. É seu esposo, José María Velasco, escravo do falecido Dom Agustín Velasco quem solicita a liberdade de Isabel e a de seus onze filhos ante o Prefeito Municipal da cidade de Popayán o 16 de julho de 1829. José María argumenta que Isabel é livre desde a pia de batismo já que seu padrinho o Sr. Juan José Chávez comprou sua liberdade por 25 *patacones* a seu irmão o sacerdote Sebastián Santiago de Chávez. O executor do testamento de Dom Agustín Velasco, recusa tal solicitação argumentando que Isabel e seus filhos são escravos do dito falecido, porque Isabel e sua mãe Valeria Chávez foram vendidas a Dom Agustín em qualidade de escravas no ano de 1791 e que não entende por que após quase 40 anos de servidão de Isabel, só agora pede sua liberdade:

“El marido de la esclava se casó sabiendo la calidad servil. La madre fue vendida juntamente con ella por su amo Obregón vecino de Caloto a mi testador de el dicho año de 1791, sin habérseles ocurrido al marido, ni a la madre el sueño de la manumisión desde la pila, en la dilatadísima serie de años de su servidumbre bajo el dominio de los dos amos mencionados. La madre no pudo ignorar el bautismo de la hija verificando con la consignación del precio por su libertad. Así, el silencio en el particular presenta la mala fe del marido de la esclava en mover, después de la muerte



6

de mi testador una solicitud contraria a su propio conocimiento [...] " Archivo Central del Cauca (ACC,4002 (Rep. J III -8 em) folio4).

Num primeiro momento a liberdade de Isabel é negada e a sentença é apelada pelo Defensor de Escravos Francisco Angulo e só após quatro anos de aberto o processo judicial, a liberdade de Isabel e seus onze filhos é reconhecida.⁴

Para entender melhor o caso de María Isabel, é importante contextualizar a região e o momento em que ela e seus onze filhos viveram. A Província ou Governação de Popayán era uma região muito importante não só por sua grande extensão geográfica, mas também porque, ao lado da Província de Cartagena, era uma das mais importantes sociedades escravas do Virreinato de Nova Granada (Colômbia). A vida cotidiana dos escravos(as) na Província de Popayán foi fortemente influenciada pela exploração mineira, produção agrícola e comércio.

Durante o século XVIII, a Província de Popayán apresentou um auge econômico com a exploração das jazidas de ouro da região perto do Chocó (região próxima à Província de Popayán), essa prosperidade estimulou o ingresso de *cuadrillas* de escravos pertencentes às famílias nobres de Popayán. Durante este período, muitos escravos foram deslocados das minas para fazendas ou de um centro de mineração para outro. A fazenda forneceu produtos agrícolas à mina e forneceu o excedente em escravos. O comércio conseguiu integrar a fazenda com a mina através do mercado. A fazenda, além de ser uma unidade produtiva, também era uma unidade de poder social através da propriedade sobre a terra. Nesse sentido, a mineração, o comércio e a fazenda eram os três eixos fundamentais da economia da Província.

Na fazenda predominou a escravidão feminina, as atividades realizadas pelas mulheres escravizadas ocuparam a maior parte do tempo, como cozinhar, lavar, costurar, acompanhar os

⁴No momento em que os escravizados que precisavam ir ao tribunal para fazer uma reivindicação, tinham um "protetor de escravos", uma figura nascida tendo em conta o "protetor de índios", no entanto, isso ocorreu apenas até o final do século XVIII. Antes disso, as queixas dos escravos tinham que ser direcionadas diretamente aos oidores, aos governadores ou aos prefeitos. MEJÍA Karen. *Esclavitud y libertad. Una aproximación a las dinámicas de manumisión de los esclavos y a la búsqueda de espacios independientes en la Provincia de Antioquia, 1780-1830*. Trabajo de investigación Magister en Historia. Medellín: Universidad Nacional, 2016.



mestres, atender os trabalhadores, limpar e ordenar as casas (PERÉZ, 2001). Nos centros urbanos, os escravizados (as), cumpridos com tarefas similares às das fazendas e estâncias. Em particular as mulheres escravizadas, desenvolveram outras atividades relacionadas ao comércio de rua e também trabalharam como parteiras e curandeiras.

Situação semelhante ocorreu em São Paulo com mulheres escravizadas. De acordo com María Odila Leite Da Silva Dias, o processo de urbanização da cidade de São Paulo na primeira metade do século XIX não foi imediato, nem significou um aumento social de uma burguesia europeizada nem a formação de uma classe assalariada. Era mais o surgimento de mulheres pobres, escravizadas e libertas, que por sua vez eram chefas de famílias, concubinas e mães solteiras (quase 40% da população) que sobreviveram com a venda de artesanato caseiro e de um pequeno comércio itinerante (DIAS, 1984). Muitas dessas mulheres eram brancas e possuíam alguns escravos que obtiveram por meio de favores, doações ou heranças. Sua pobreza as tornou dependentes das vendas obtidas pelos escravos(as) na rua ou em outros casos da prostituição de suas escravas. Como resultado de seu trabalho, os escravizados também conseguiram adquirir algum dinheiro para comprar sua liberdade, especialmente as mulheres. Algo parecido aconteceu na Província de Popayán e em outras regiões da Colômbia. Uma grande proporção de mulheres comprou sua liberdade e a de seus parentes devido às diferentes atividades de trabalho em que atuaram (RODRIGUEZ, 1996: 5-18).

Voltando ao caso de María Isabel, sabemos que ela morava na Fazenda de Cajibío, área rural da cidade de Popayán, capital da Província do mesmo nome. Provavelmente, as atividades de Maria Isabel estavam mais relacionadas ao cuidado e manutenção da casa e a algumas tarefas agrícolas que ao comércio. No entanto, esta situação não impediu a possibilidade de circular na cidade de Popayán ou nas cidades vizinhas para comprar ou vender alguns produtos.

Viver no campo significava algumas vantagens para María Isabel em relação às mulheres escravizadas e libertas da cidade. Por exemplo, o relacionamento campo-cidade ofereceu diferenças no número de crianças e na conformação de um casal. No caso da cidade de Santafé de



Bogotá e da região rural a que estava vinculada. Rafael Díaz analisa que na cidade a matrifocalidade era uma realidade constante. De 417 entidades familiares (famílias com filhos, cônjuges sem filhos e famílias de mais de duas gerações) que envolveram 1.050 escravos na primeira metade do século XVIII em Santafé de Bogotá, em 95% dos casos se registrou a uma mãe ou, em menor grau, a uma avó como chefe de família; também, uma porcentagem elevada de participação da mãe com apenas uma criança. Nas áreas rurais, uma situação semelhante foi apresentada, embora não com porcentagens tão altas como as de Santafé de Bogotá. A diferença é explicada pela existência de um maior número de mulheres escravizadas na cidade e porque na área rural havia *cuadrillas* agrárias e mineiras que facilitaram a criação prolongada e permanente de redes de parentesco (DIAZ,1996:5-16).

Na província de Popayán, de acordo com o censo de 1797, um total de 23.145 escravos vivia no seu território, de estes 11.063 eram homens e 12.082 eram mulheres. Em 1885, o número de escravos caiu para 18.338, entre eles 8.509 homens e 9.799 mulheres (TOVAR,1994). É necessário esclarecer que o maior número de mulheres apareceu na zona urbana, isto é, na própria cidade de Popayán. Essas mulheres pertenciam à população indígena, mulata, livre e escrava. É precisamente nesses grupos, especificamente entre índios e negros, que um número maior de mulheres do que homens vieram para a cidade para trabalhar como domésticas e escravas (PEREZ, 2005:217-245). Um aspecto destacado do censo de 1807, como observa María Teresa Pérez, tem a ver com o maior número de mulheres em relação aos homens na cabeça da família, de um total de 1.094 chefes de família, 51% eram mulheres e 49 % eram homens. É claro que o maior número de mulheres favoreceu o estabelecimento de relações ilícitas. No entanto, não foi o único motivo para o aumento de mães solteiras na cidade de Popayán, como apontaram Pablo Rodríguez (1991), María Emma Manarelli (1994) e María Teresa Pérez (2005), também influíram outros fatores como a desigualdade de gênero, as diferenças sociais, raciais e de honra, além dos controles nos casamentos entre desiguais, a quebra da promessa de casamento e a intervenção dos pais na decisão matrimonial de seus filhos.



Se Isabel tivesse melhores condições do que as mulheres da cidade para formar uma família livre, pelo menos ela e seus filhos, por que Isabel não falou antes de sua liberdade? Por que o silêncio? e também é conhecido pelo documento que uma filha de Isabel chamado Pascuala foi vendida sem que seus pais se recusassem, no entanto, o mesmo documento menciona que os pais não reagiram porque descobriram a venda no mês seguinte. O Sr. Agustín Velasco era tão poderoso que Isabel e sua família, por medo, não diriam nada sobre sua liberdade enquanto ele tivesse vivo?

O defensor de Escravos de Isabel diz que não sabia que era livre, no entanto, nas falas de várias testemunhas, é evidente que ela sabia e que uma vez ela perguntou a Don Agustín por que não deixou seus filhos livres se ela era livre, e ele respondeu que era para evitar ser transformados em soldados.

Essa era a estratégia de Isabel, para proteger seus filhos da guerra? Sabemos que na primeira metade do século XIX, a Colômbia já havia atravessado as guerras da independência (1810-1821) e outra guerra civil regional se aproximava no sul da Colômbia, muito perto da Província de Popayán, era a Guerra dos Supremos ou dos Conventos, que começou em 1839 e terminou em 1842. Esta guerra, que durou 3 anos, começou por razões religiosas, já que durante o governo de José Ignacio de Márquez foi aprovada uma lei que ordenou a supressão de conventos que abrigavam menos de 8 religiosos. Esta rebelião foi aproveitada pelos caudilhos do sul conhecidos como os Supremos, que procuravam fazer oposição ao governo de Márquez. Embora o governo ganhasse a vitória, não duraria muito, porque nove anos depois, em 1851, os grandes latifundiários da Província de Popayán se levantariam contra a abolição da escravidão. Foram tempos turbulentos.

No entanto, o argumento de Don Agustín sobre considerar aos filhos de Isabel como escravos para impedir que entrassem na guerra, não coincidiu com a realidade do momento. Em vez disso, era o contrário, neste contexto de guerras era usual que funcionários do governo visitassem as fazendas para avaliar seus bens e, assim, cobrarem impostos ou recrutarem escravos como



soldados. De acordo com o executor de Agustín, ele negou que tivesse escravos aos funcionários que o visitavam por medo de serem expropriados:

Está bien clara en los autos la razón porque dijo (Agustín) que Isabel era libre. Era este el triunfo de la revolución: no se podía contar con la propiedad; y los afectos al gobierno Español eran objetos de odio: se les perseguía y privaba de sus bienes. Ya con este pretexto mi testador lo habrá sido en una parte, muy natural era temer que si ponía como esclavos los hijos de Isabel en el momento se los habrían arrebatado para soldados: el temor fundado de perderlos fue el que hizo asegurar que eran libres. Archivo Central del Cauca, (ACC,4002 (Rep. J III -8 em) folio 122).

Assim, vemos que ser livre ou escravo tornou-se uma vantagem ou desvantagem de acordo com as circunstâncias do momento.

Outra possibilidade do silêncio de sua liberdade, segundo o Defensor dos Escravos que defende a causa de Isabel, foi o carinho ou gratidão a Don Agustín:

“ (...) siendo la dha María Isabel libre como lo es y como yo lo probaré a su tiempo debe ella y puede pedir el goce de su libertad cuando quisiera; y si ella en tiempo de su amo no lo pidió de allí no se sigue que ella no es libre (porque ella pudo o por afecto a su amo o por agradecimiento estarle sirviendo como una esclava) porque para esto bastan las declaraciones de los testigos (...)” Archivo Central del Cauca (ACC,4002 (Rep. J III -8 em) folio 5).

Será que Isabel não reivindicou sua liberdade porque não viu isso necessário, já que em troca de seu trabalho e o de seus filhos, ela recebeu algum tipo de proteção? A população escravizada poderia casar-se com pessoas livres, mas isso não significava que eles tinham liberdade para isso, nem podiam deixar seu mestre para ir com seu cônjuge. O dilema para o casal livre era residir na residência do cônjuge escravizado ou viver separadamente. Enidelce Bertin, diz que, para o caso de São Paulo, entre os escravos casados, a liberdade do parceiro implicava a condição *sui generis* de continuar em cativeiro, mesmo que ele fosse livre. No entanto, a condição de liberdade



significava uma situação diferenciada de outros escravos e uma maior possibilidade de autonomia (BERTIN, 2004: 107-150).

No caso de Isabel, casada com um escravo, ela foi morar na fazenda onde seu marido pertencia. Nós não sabemos se esta situação realmente significou mais autonomia como um casal ou como indivíduos, os documentos não nos dão muita informação sobre isso. O que sabemos é que Don Agustín aproveitou a situação e conseguiu ter mais doze pessoas em sua fazenda, Isabel e seus onze filhos como escravos, talvez em troca de abrigo e comida e algum tipo de proteção.

Devido ao aumento da escravidão no século XVIII, a propriedade de escravos deixou de ser um atributo de famílias nobres, uma vez que a compra de um ou mais escravos tornou-se um patrimônio de famílias mestiças e pardas. Este poderia ser o caso do dono de María Isabel, Sr. Don Agustín Velasco. De acordo com as declarações de seu executor, Don Agustín não tinha muitas propriedades e talvez uma das razões para tratar os filhos de Isabel como escravos era porque eles representavam a única força de trabalho que ele possuía.

Isabel sabia que ela era livre, mas ela não tinha como provar isso, ela não tinha sua carta de liberdade ou o certificado de batismo para provar sua condição. Talvez, Don Agustín, acreditasse que ela era escrava como sua mãe Valeria, então a prole de Isabel também estaria nas mesmas condições. Ou talvez, Don Agustín, soubesse que Isabel era livre, mas, quando não podia provar isso, na prática ela tinha que ser tratada como escrava. O acordo implícito ou explícito de Isabel e Don Agustín sobre a liberdade condicional e a de seus filhos foi quebrado com a morte do último e o perigo de ser vendida a família de Isabel como escrava tornou-se iminente, só neste momento é que ela decidiu ir às autoridades para provar sua liberdade.

O caso de Valeria Chávez (mãe)

Valeria Chávez, a mãe de Isabel, é a outra protagonista dessa história. Antes de nascer Isabel, Valeria era escrava do sacerdote Sebastián Santiago de Chávez na cidade de Caloto, uma área rural da cidade de Popayán. Não sabemos quanto tempo permaneceu na posse do religioso, o que podemos inferir das declarações de testemunhas, é que Valeria foi vendida pouco tempo depois



do parto, porque o padre não gostou da "fragilidade" de sua escrava e ainda menos que ela tivesse parido uma garota em vez de um menino:

“(...) que por motivo de haber tenido esa fragilidad la dha Valeria no la quería en su poder que sino hallaba quien la comprara tendría por gusto regalarla a quien le dice la gana (...)”. Archivo Central del Cauca (ACC,4002 (Rep. J III -8 em) folio 92 v).

Según un testigo le oyó decir al cura “que si fuera hombrecito lo que su mulata había parido hiciera aprecio; pero como era mujer la quitase de su vista, y que viese la madre quien era su padre que la criase que ya era libre”. Archivo Central del Cauca (ACC,4002 (Rep. J III -8 em) folio 91 v).

O caso de Valeria e sua filha não coincide com o que foi mencionado por Jessica Spicker, quando fala que a mulher escravizada e sua prole em Nova Granada foram tratadas com certos privilégios porque representavam mão de obra escrava (SPICKER,1998). Em uma declaração de uma testemunha, diz-se que o pai de Isabel era o irmão do sacerdote, em outras declarações, eles dizem que ele era o padrinho. Sim, realmente o irmão do religioso era o pai de Isabel, talvez, essa era a razão para não querer uma bastarda na família.

Não temos certeza se ele realmente era o pai, mas pode ser uma possibilidade, já que era comum que muitas crianças fossem o resultado da sujeição sexual das escravizadas por seus mestres ou outros homens brancos. Mas sim temos certeza que Isabel era mestiza o “branca” segundo as testemunhas. No caso de Santafé de Bogotá, parte do aumento da população mulata na cidade e nas zonas rurais foi o produto das relações entre escravas e seus donos (DIAZ,1996:5-18). Este fenômeno se manifestou no início da América espanhola colonial, então, em 1563, a lei ordenou que os espanhóis que queriam conceder liberdade aos seus filhos com escravas tivessem prioridade ou preferência de compra (DIAZ,1996:5-18).

Para a Província de Popayán, não temos evidências de que o aumento da população mulata foi pelas relações das mulheres escravizadas com seus mestres brancos. Sabemos que no censo de 1797 a população de Popayán e sua jurisdição totalizaram 136.183 habitantes, concentrando 39% da população na cidade de Popayán, na província de Los Pastos e na cidade de Cali. Quanto à sua



composição sócio-racial, a população branca era equivalente a 23,6%, mestiços ou 36% gratuitos, índios 23,5% e escravos 17%.

Observamos que os mestiços ou livres eram maioria, 36%. O conceito mestiço não só implicava a descendência de brancos e índios, mas também de diferentes misturas raciais ao que também se chamava de *castas*. Embora o status mestiço ainda fosse estigmatizado pela nobreza provincial, porque foi associada à ilegitimidade do nascimento, a um antepassado africano e a pobreza, para que uma parte da população ser mestiça podia ser percebida como superior aos índios, negros e mulatos livres e escravos. Então, chamar-se um mestiço era uma forma de promoção racial (PÉREZ,2005:217-245).

Em uma sociedade estratificada como a Nova Granada e interessada em reproduzir uma ordem hierárquica baseada nas diferenças de raça, gênero e status social, o aumento da miscigenação tornou-se uma preocupação constante. Por exemplo, em 1776 e em *cédula* de 1778, a Pragmática Real foi promulgada para evitar casamentos entre pessoas de diferentes condições sociais e étnicas. Tornou-se obrigatório obter o consentimento dos pais para os filhos com menos de vinte e cinco anos de idade e obter o conselho dos pais para que os mais velhos se casem. Embora essas leis tenham sido inicialmente criadas para preservar a integridade dos setores privilegiados, os setores populares, principalmente, os mestiços também as receberam para evitar que seus filhos e filhas se casem com alguém que consideravam "inferior" porque eles tinham grande interesse para ascender socialmente por meio do *branqueamento* de seus descendentes e se mover para o mais longe possível do passado da escravidão.

Talvez essa fosse a preocupação de Valeria ao tentar casar sua filha Isabel com um homem livre provavelmente mestiço ou mulato. De acordo com uma testemunha, Valeria pediu a Juana Velasco, uma mulher livre, permitir que seu filho se casasse com Isabel. Porém Juana respondeu negativamente porque Isabel era escrava. Mas, Valeria insistiu em propor que Juana comprasse a liberdade de sua filha, porque devia ter um preço baixo por causa de sua cor, lembre-se de que Isabel era uma mulata.



Nos documentos quase não volta a parecer Valeria, só é nomeada de vez em quando. Sabemos que ela também foi vendida para Don Agustín Velasco. Mas nós não sabemos quantos anos ela viveu, nem como era sua vida na fazenda com sua filha e onze netos. A informação também é insuficiente para afirmar se estas duas mulheres, Isabel livre e Valeria escrava, com atividades similares e socialmente tratadas de forma semelhante, diferenciavam-se no privilégio de deslocamento geográfico, permitindo maior autonomia para espaços afetivos e familiares, como aconteceu no caso de Benedicta e Ovídia ao sudeste do Brasil no final do século XIX (MACHADO,2010:157-193).

Conclusões

Tentar interpretar os silêncios das pessoas as quais queremos reconstruir suas vidas, é definitivamente um desafio como historiadore(a)s. Ainda mais se eles são pessoas que não têm voz nos documentos e que são interpretadas por outros. Resgatar a voz daqueles que não têm voz, neste caso de mulheres escravizadas e libertas, foi o que tentamos neste trabalho. Não obstante, foram mais as questões que surgiram do que propriamente respostas. É necessário comparar com outros casos não apenas da Colômbia, mas de outras sociedades escravistas para ter uma visão mais ampla e ter mais possibilidades de resposta.

De acordo com a bibliografia analisada e as observações no caso de Isabel e Valeria, as mulheres escravizadas e libertas desempenharam um papel importante na agência de liberdade dos membros da família usando estratégias e conhecimentos de sua experiência pessoal como mulheres em contextos patriarcais e racistas. Mãe e filha, escrava e livre, tentaram usar diferentes estratégias para garantir a proteção de sua família nas possibilidades que cada uma poderia contar e as redes ou alianças que cada uma poderia construir.



A estratégia de Valeria de casar Isabel com um homem livre, para melhorar seu status e, portanto, suas condições de vida, embora não funcionasse, era o que ela pensava que deveria fazer. A estratégia de Isabel de proteger seus filhos da guerra, fazendo-os passar como escravos ou trocando servidão por proteção mudou devido à possibilidade da separação iminente de sua família depois da morte de Dom Agustín; sua nova estratégia foi ir às autoridades para mostrar que ela era livre.

Que era então a liberdade dessas mulheres? No caso de Isabel, talvez sua liberdade não significasse muito até que foi importante para evitar a separação de sua família. E Dom Agustín? Ele realmente teve controle total sobre a vida de Isabel e a de seus filhos? Era uma relação de dominação ou conveniência mútua? Concordamos com a historiadora María Eugenia Chavéz, quando menciona que o casamento e a família de pessoas escravizadas não podem ser analisados apenas de um ponto de vista ou como estratégia de resistência do escravizado ou como estratégia de dominação por parte dos amos.⁵

A família escrava é um espaço de possibilidades que pode ser definido de acordo com as condições particulares. Finalmente, dos silêncios de Isabel e Valéria tivemos alguns indícios sobre maternidade, casamento e família entre a população escrava e livre da Província de Popayán. A estrada é longa para continuar investigando a família escrava e particularmente sobre as mulheres escravizadas e libertas na Colômbia.

Bibliografia

Barona, Guido (1995). *La Maldición de Midas en una región de mundo colonial. Popayán, 1730-1830*. Cali: Editorial Facultad de Humanidades, Universidad del Valle, Fondo Mixto para la Promoción de la Cultura y las Artes del Cauca.

Bertin, Enidelce (2004). *Alforrias em São Paulo no Século XIX: Liberdade e Dominação*. São Paulo: Humanitas.

⁵ CHAVEZ, María Eugenia. "Color, género y esclavitud: mujeres esclavas y libertas en el Brasil y los países andinos (s. XVIII y XIX)". En: *Cadernos do CHDD / Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de História e Documentação Diplomática*. – Ano IV, Número Especial. – Brasília, DF: A Fundação, 2005.



- Bush, Bárbara (1985). "Towards Emancipation: Slave Women and Resistance to Coercitive Labour Regimes in the British West Indian Colonies, 1790-1838". In: Richardson, David (ed): *Abolition and its Aftermath: The Historical Context, 1790-1916*. Frank Cass: University of Hull.
- Chávez, María Eugenia (2005). "Color, género y esclavitud: mujeres esclavas y libertas en el Brasil y los países andinos (s. XVIII y XIX)". En: *Cadernos do CHDD / Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de História e Documentação Diplomática. – Ano IV, Número Especial. – Brasília, DF: A Fundação.*
- Colmenares, Germán (1997a). *Cali: terratenientes, mineros y comerciantes, siglo XVIII*. Bogotá: Cuarta Edición. Tercer Mundo editores.
- Colmenares, Germán (1997b). Popayán una sociedad esclavista 1680-1800. En: *Historia económica y social de Colombia II*. Bogotá: Tercer Mundo Editores.
- Dias Maria Odila L (1984). *Quotidiano e Poder em São Paulo do Século XIX*. São Paulo: Brasiliense.
- Díaz Rafael (1996). "Entre la cohesión y la disolución: la familia esclava en el área urbano-regional de Santafé de Bogotá, 1700-1750. Estudio preliminar". En: *Memoria y Sociedad* 1, núm. 2, pp. 5-18.
- Florentino, Manolo e Goes, Jose Roberto (1997). *A Paz das Senzalas: Famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, 1790-1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Freyre, Gilberto [(1933) 2003]. *Casa-Grande e Senzala, Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Fundação Gilberto Freyre, Global Editora, Recife-Pernambuco-Brasil 48a edição.
- Friedemann, Nina S (1974). *Minería, Descendencia y Orfebrería Artesanal. Litoral Pacífico Colombia*. Bogotá: Universidad Nacional.
- Friedemann, Nina S (1995). "Las mujeres negras en la historia de Colombia" En: Velásquez Toro, Magdala, directora. *Las mujeres en la historia de Colombia: tomo II, Mujeres y sociedad*. Bogotá: Editorial Norma, Consejería Presidencial para la Política Social.
- García Almario, Oscar y Jimenez Orián (2004). "Aproximaciones al análisis histórico del negro en Colombia (con especial referencia al occidente y el Pacífico)". En: Pardo Rojas, Mauricio; Mosquera Claudia; María Clemencia Ramírez (eds). *Panorámica afrocolombiana: estudios sociales en el Pacífico*. Bogotá: Instituto colombiana de Antropología e Historia, Universidad Nacional de Colombia.
- Gaspar, David Barry, Hine, Darlene C. (1996). *More Than Chattel. Black Women and Slavery in the Americas*. Bloomington: Indiana University Press, pp. 193-217.
- Gutiérrez de Pineda, Virginia; Vila de Pineda, Patricia (1992). *Honor, familia y sociedad en la estructura patriarcal. El caso de Santander*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia.
- Gutman, Herbert G.(1976). *The Black. Family in Slavery and Freedom (1750-1925)*. New York: Pantheon Books.
- Machado María Helena P.T.(2010). "Corpo, Gênero e Identidade no Limiar da Abolição: A História de Benedicta Maria Albina da Ilha\Ovídia, escrava (Sudeste, 1880)". Em: *Afro-Asia*, 42, pp.157-193.
- Machado, Maria Helena P.T. (1988). "Em tomo da autonomia escrava: urna nova direção para a história social da escravidão". Em: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.8, n. 16, mar/ago.



- Mattos, Hebe Maria (1998). *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Mattoso, Kátia Queiroz (1982). *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense.
- Mejía Karen, 2016. *Esclavitud y libertad. Una aproximación a las dinámicas de manumisión de los esclavos y a la búsqueda de espacios independientes en la Provincia de Antioquia, 1780-1830*. Trabajo de investigación Magister en Historia. Medellín: Universidad Nacional.
- Metcalf, Alida Christine (1990). "A família escrava no Brasil colonial: um estudo de caso em São Paulo". Em: Congresso sobre a História da População da América. História e População: Estudos sobre a América Latina, São Paulo: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados/ABEP/IUSSP/CELADE.
- Motta José Flávio, Agnaldo Valentin (2002). "A estabilidade das famílias em um plantel de escravos de Apiaí (SP)". Em: Afro-Ásia, núm. 27, pp. 161-192. Último acesso: diciembre de 2017: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=77002705>.
- Motta José Flávio (1999). *Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)*. São Paulo: FAPESP/Annablume.
- Pérez, María Teresa (2001). "Las mujeres caucanas". En: Guido Barona, Guido, Gnecco Valencia, Cristóbal (eds): *Historia, Geografía y cultura del Cauca. Territorios posibles*. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, pp. 219-235.
- Rodríguez, Pablo (1981). "La manumisión en Popayán, 1800-1851". En: *Revista de Extensión Cultural Universidad Nacional de Colombia*, núm. 9-10.
- Romero, Mario Diego (2000). "Familia afrocolombiana y construcción territorial en el pacífico sur, siglo XVIII". En: Arocha Rodríguez, Jaime (eds): *Geografía humana de Colombia: los afrocolombianos. Tomo VI*. Bogotá: Instituto Colombiano de Cultura Hispánica.
- Romero, Mario Diego (1995). *Poblamiento y Sociedad en el Pacífico Colombiano, Siglos XVI al XVIII*. Cali: Editorial Facultad de Humanidades, Universidad del Valle.
- Roth Cassia (2017). "From free womb to criminalized woman: fertility control in Brazilian slavery and freedom". In: *Slavery & Abolition*, Vol. 38:2, pp. 269-286
- Schwartz Stuart (2001). *Roceiros e rebeldes*. Bauru, SP: Editora da Universidade do Sagrado Coração.
- Slenes, Robert W (1999). *Na senzala uma flor*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Spicker, Jessica (1998). *El cuerpo femenino en cautiverio: aborto e infanticidio entre las esclavas de la Nueva Granada, 1750-1810*. Bogotá: Instituto Colombiano de Cultura Hispánica.
- Tascón, Lida E (2015). *Sin temor de Dios ni de la Real Justicia. Amancebamiento y adulterio en la Gobernación de Popayán, 1760-1810*. Cali: Universidad Autónoma de Occidente.
- Turner Sasha (2017). "The nameless and the forgotten: maternal grief, sacred protection, and the archive of slavery". In: *Slavery & Abolition*, Vol. 38, pp. 232-250.
- West Emily t & Shearer Erin (2017). "Fertility control, shared nurturing, and dual exploitation: the lives of enslaved mothers in the antebellum United States". In: *Women's History Review*, no 30, vol. 1, pp. 1-15.